

## **Recrutamento Político e Burocratas de Médio Escalão: uma breve análise do perfil e da atuação das Chefias dos Núcleos Regionais de Educação da SEED - Secretaria de Estado da Educação do Paraná no período de 2015 a 2017**

MARTINS, Sofia Caroline Weiber. <sup>1</sup>  
[sofiacwmartins@gmail.com](mailto:sofiacwmartins@gmail.com)

MASSIMO, Lucas. <sup>2</sup>  
[LUCAS.SO@uninter.com](mailto:LUCAS.SO@uninter.com)

### **RESUMO**

O presente artigo tem o objetivo principal de compreender a lógica do recrutamento político, especificadamente no PSDB – PR. Além disso, tem a intenção de identificar quais seriam os critérios de recrutamento na SEED - Secretaria de Estado da Educação do Paraná, particularmente para o exercício das funções de Chefia dos Núcleos Regionais de Educação, para identificar quem são esses profissionais. Para tanto, foi elaborado uma base de dados, a partir do método posicional de pesquisa em Ciência Política, deste grupo de profissionais atuantes no período de 2015 a 2017, para enfim, verificar a existência ou não de conexões entre esse grupo de indivíduos.

**Palavras-chave:** *Burocracia de Médio Escalão, Chefes de Núcleo da Educação, Secretária de Estado da Educação do Paraná.*

### **INTRODUÇÃO**

Tendo em vista que o recrutamento político do PSDB no Estado do Paraná de 2015 a 2017 apresentou-se consistente no que se refere ao Governo Estadual em seus encaminhamentos e acordos políticos com a Assembleia Legislativa, tendo construído um grupo de apoio que corroborou para o alcance das vitórias do governo em praticamente todas as votações que representaram tais interesses, manifestou-se o interesse em compreender quais seriam os meios de recrutamento político definidos por este partido, particularmente, para a seleção dos cargos de Chefia dos Núcleos Regionais de Educação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED. A partir da base de dados, procurou-se identificar quem são os recrutados e quais as conexões existentes neste grupo específico de indivíduos. Pressupõe-se que o estudo seja relevante para a Ciência Política, porque ainda não se tem uma base de dados sistematizada sobre esses burocratas da SEED, e, a partir deste estudo, acredita-se

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Ciência Política do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, 1º semestre, 2018.

<sup>2</sup> Professor Orientador, Cientista Social, Mestre em Ciência Política e Doutorando em Ciência Política na UFPR.

que poderá haver uma compreensão maior sobre determinados grupos políticos, como se constituem e qual seriam os determinantes que os levam a ocupar posições de chefia na sociedade.

## **2. RECRUTAMENTO POLÍTICO E SEUS CONTORNOS**

A principal atribuição dos partidos políticos é selecionar os candidatos aptos a ocupar e exercer cargos políticos em todas as esferas de governo, isto é, nos níveis local, regional, nacional e subnacional, assim como apossar-se de “posições políticas nomeadas por meio de indicação.” (Norris, 2013. p. 11). O processo de recrutamento político, desempenhado potencialmente pelas lideranças partidárias acarreta efeitos na representação democrática e na partilha do poder no interior dos partidos políticos. Para tornar compreensível essa lógica, Norris (2013), indica três pontos básicos para análise de recrutamento político: quem pode ser eleito, quem escolhe os eleitos e quem são os selecionados. Desses pontos, se analisa a composição das listas de candidatos e as estratégias de inclusão adotadas pelos partidos para incluir mulheres e minorias étnicas.

Em relação a quem pode ser eleito, se fazem necessárias para ingresso no partido, a certificação que abrange o Direito Eleitoral quanto a elegibilidade dos pretendentes, a nomeação que concerne na oferta dos candidatos elegíveis e a eleição que determina quem serão os candidatos que disputarão as cadeiras no poder legislativo pelo partido. Quanto ao processo de certificação, cabe mencionar que este varia de democracia para democracia, e, é:

Influenciado de modo mais geral pelos valores culturais e normas sociais informais de cada país, moldando a percepção dos candidatos apropriados, bem como quais tipos de experiência e conhecimentos são mais adequados para carreiras legislativas. (NORRIS, 2013, p. 13)

Dentre as condições básicas de certificação, estão a idade, a cidadania, a residência, incompatibilidades, em alguns casos depósitos monetários, coleta de assinaturas de apoio, além de ser conveniente dispor de alguma maturidade e experiência política. O Brasil segundo Norris (2013) seria um dos sistemas mais restritivos, porque exige cidadania pelo nascimento para disputas presidenciais. De forma geral, cada país estipula suas restrições legais para determinar quem serão os candidatos aptos a disputa de cargos legislativos:

Juntamente com os requerimentos legais, outras exigências de certificação são impostas pelos partidos políticos por meio de seus estatutos, normas internas e programas. É muito comum que esses documentos estipulem a filiação aos partidos por um dado período de tempo prévio à candidatura, a fim de assegurar lealdade e familiaridade com as propostas do partido. (NORRIS, 2013, p. 13)

No que se refere a quem escolhe os eleitos, Norris (2013) esclarece os fundamentos base quanto a democratização na escolha dos candidatos no interior dos partidos políticos:

As dimensões-chave da democracia interna aos partidos políticos são: i) o grau de centralização, nomeadamente o quanto as indicações são determinadas principalmente por liderança partidária nacional ou remetidas para baixo, para os órgãos regional, distrital ou local; ii) a amplitude da participação, um elemento relacionado com o anterior mas distinto dele, relativo a se apenas alguns poucos selecionadores recrutam os candidatos ou se muitas pessoas estão envolvidas nesse processo; iii) o escopo do processo de tomada de decisão, relativamente a se ele consiste na seleção de um, poucos ou muitos contendores disputando a nomeação. (NORRIS, 2013, p. 14)

Os estudos indicam que grande parte dos partidos políticos apresentou pequenas alterações nas tomadas de decisões e que outros por sua vez, democratizaram a seleção de candidatos no pós II Guerra Mundial, “ampliando a participação do corpo selecionador.” (Norris, 2013, p. 15) Tal mudança de comportamento seria decorrente do esforço dos partidos políticos em cooptar novos membros bem como evitar a perda de filiados, de modo a permitir aos seus associados, maior grau de participação na escolha de candidatos. Ainda assim, ressalta-se que, “líderes podem excluir nomes indesejáveis.” (Scarrow, Webb, Farrell, *apud*, Norris, 2013, p. 15). Nesse sentido, Norris (2013, p. 16) considera que houve “uma tímida democratização do processo de seleção de candidatos,” relativamente aos partidos europeus que de certa forma, incorporaram estratégias de inclusão para as mulheres por meio de reservas de assentos e quotas de gênero obrigatórias e voluntárias.

No quesito quem é selecionado, atenta-se para o tipo de candidato eleito pelo partido, que terá influência na qualidade dos membros da legislatura como também na composição do governo, ou seja no sistema político:

É provável haver consequências para o legislativo, para a elaboração de políticas públicas e para a capacidade de fiscalização dos parlamentos se os partidos decidirem selecionar advogados ou líderes comunitários locais, pequenas celebridades ou ambiciosos empresários políticos, burocratas partidários experientes ou oportunistas com pouca experiência. (NORRIS, 2013, p. 17)

Consequentemente, a composição dos parlamentos gera consequências diretas para a democracia representativa. Ademais, reformas estruturais tem se organizado para, ainda que de forma retraída, viabilizar a candidatura de mulheres e minorias étnicas, no sentido de ampliar a participação das decisões no interior dos partidos políticos. Contudo, o recrutamento político ainda se configura como uma das ações mais ocultas e técnicas dos partidos políticos e são várias as consequências desse processo, tanto para a descentralização do poder na cúpula dessas organizações como uma maior abertura à participação das mulheres e minorias étnicas na expectativa de viabilizar maiores representações democráticas.

Nessa perspectiva, o PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, fundado em 1988, e, de acordo com Roma (2002) resultante da ruptura parlamentar de um grupo pmdebista que se enquadrava em uma direção mais progressista e à esquerda do PMDB, o “PSDB teve uma origem exclusivamente parlamentar, já tendo, portanto, em sua composição inicial, políticos bastante influentes no cenário político nacional. (Roma, 2002, p. 72). É considerado um dos principais partidos do país, uma vez que, apresenta elevado número de cargos eletivos com ações estratégicas eleitorais definidas e bem sucedidas. Inclusive, em relatório divulgado pelo DIAP<sup>3</sup>, o Deputado Luiz Carlos Hauly do PSDB/PR foi considerado um dos 100 cabeças do Congresso Nacional em 2017, tendo destaque enquanto formulador, em que o saber intelectual é indispensável, nesse quesito. De acordo com o relatório:

Os partidos da base de sustentação do governo Michel Temer - PMDB, PSDB, DEM, PPS, PP, PSD, PV, PRB, PTB e PR, entre outros, reúnem 62% da elite do Congresso. Destes, o PMDB lidera com 16 nomes, seguido do PSDB com 13. (DIAP, 2017, p. 18)

Tais dados expressam a ideia de que o partido é bastante atuante na política nacional e exerce significativa influência no Congresso Nacional, de modo consequente, na direção da ação política do país. Embora no passado o partido tenha adotado uma postura de centro-esquerda, em 1994, de acordo com Roma (2002), o partido teria deslocado-se para a direita na arena política, o que estaria evidente na redefinição das diretrizes políticas do partido, “deixando de lado o ideário social-democrata para adotar um programa de governo rotulado como neoliberal. (Roma, 2002, p. 74)

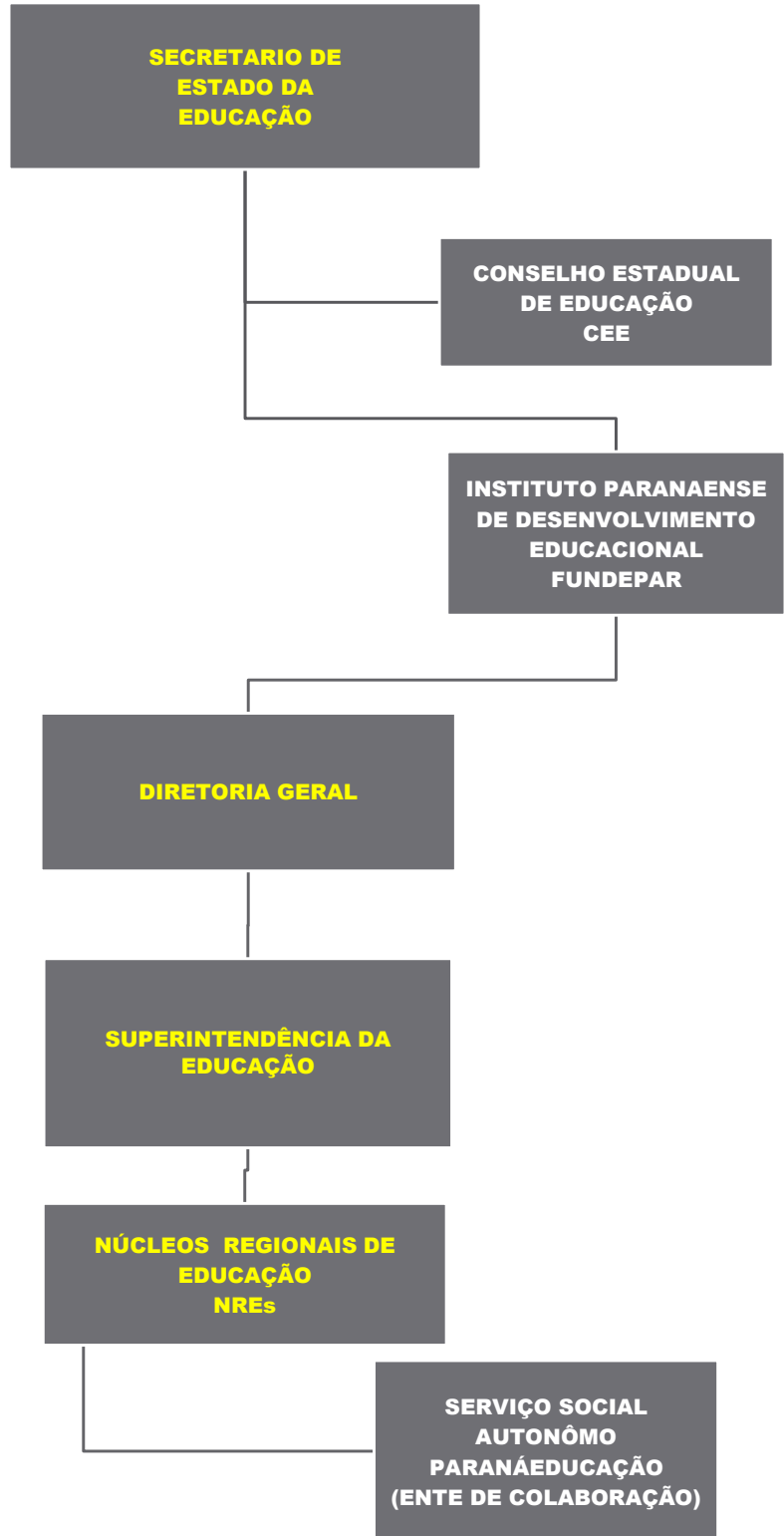
---

<sup>3</sup> Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Para maiores informações sobre o relatório consultar “Os cabeças do Congresso Nacional – uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes 2017.”

Atualmente, sob o comando do Governo do Estado do Paraná desde 2011, Carlos Albero Richa é responsável também pela composição da SEED – Secretaria de Estado da Educação do Paraná, que tem como missão definir e executar políticas governamentais para a educação básica e profissional com vistas a melhoria da qualidade de vida da população paranaense. Para atender tal demanda, no presente a Secretaria de Estado da Educação se estrutura<sup>4</sup> da seguinte maneira:

---

<sup>4</sup> Para maiores detalhes consultar o link Organograma – Quem é quem. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=139> Acesso em 19 nov. 2017.



Fonte: Elaboração própria.

O eixo do trabalho concentra-se no universo educacional da SEED, especificadamente nos Núcleos Regionais de Educação, em que se pretende identificar quem são os indivíduos que no atual governo, ocupam as funções de chefia desses NREs, sob o comando do Partido da Social Democracia Brasileira.

### **3. BUROCRATAS DE MÉDIO ESCALÃO: QUEM SÃO, O QUE FAZEM E DE QUE FORMA ATUAM?**

Cavalcante e Lotta (2015) realizaram uma extensa revisão literária nacional e internacional á respeito dos BME: Burocratas de Médio Escalão, afim de compreender e desvendar como ocorrem os processos decisórios, a implementação e efetivação de políticas na burocracia pública. Esses atores, embora não sejam eleitos mas, indicados a ocupar cargos de chefia, desempenham funções primordiais na condução de assuntos públicos, e, de acordo com os autores são:

Definidos como aqueles que interagem tanto com o alto escalão quanto com a burocracia implementadora, detentores de conhecimento técnico para a liderança dessa, bem como de habilidade de diálogo técnico e político com a burocracia formuladora, os burocratas de médio escalão são, portanto, peças-chave do complexo emaranhado de interações que envolvem a implementação de políticas públicas. (CAVALCANTE, LOTTA, 2015, p. 50)

Sendo assim, nesse trabalho especificadamente, tem-se a intenção de identificar quem seriam as Chefias dos Núcleos Regionais de Educação da Secretária de Estado da Educação do Paraná, tidos como burocratas de médio escalão, pois entende-se que esses atores seriam a conexão entre o alto escalão da burocracia estadual e os executores das políticas públicas com a “função primordial de traduzir decisões em ações.” (Cavalcante, Lotta, 2015, p. 14)

Habitualmente, o quadro de burocratas intermediários é ocupado por gerentes, dirigentes, supervisores e agentes responsáveis por operacionalizar os projetos que a alta burocracia desenvolve. Estudos desenvolvidos nos anos 1970 indicaram que havia uma maior atenção aos processos de tomada de decisões, enquanto a implementação das políticas públicas era entendida como um processo hierárquico, de cima para baixo, (abordagem top down), em que os burocratas eram subordinados aos tomadores de decisões, o que propunha uma separação entre administradores e políticos, entre decisão e ação. Porém, em 1980 a atenção voltou-se para a efetividade e avaliação das políticas públicas, uma vez percebido que determinados fatores levavam a falhas na implementação dessas políticas. Nessa perspectiva de baixo para

cima, os implementadores passaram a ser vistos como peças fundamentais para a efetivação das políticas públicas. Lipsky (1980) *apud* Cavalcante, Lotta (2015) em suas pesquisas:

Demonstrou que agentes de rua (street-level bureaucrats) são funcionários que trabalham diretamente no contato com os usuários dos serviços públicos (policiais, professores, profissionais de saúde, etc), e afetam diretamente o desempenho, a qualidade e o acesso aos bens e serviços prestados pelo governo. (Lipsky (1980) *apud* Cavalcante, Lotta, 2015, p. 25)

Essa abordagem denominada de bottom-up, contribuiu para desenvolver a ideia de que a implementação de políticas públicas seria parte contínua e integrante do processo político e das negociações entre aqueles que aplicam a política e daqueles que dependem das ações políticas. No entanto, tanto uma visão quanto a outra, não preocuparam-se em entender o conjunto de burocratas que ocupavam as posições intermediárias entre o topo e a base desses processos. Portanto, Oliveira (2009), Pires (2011) e Oliveira e Abrucio (2011) constataram haver uma heterogeneidade, gerada pelos contextos setoriais, institucionais e pelos cargos exercidos entre os atores que ocupam posições na burocracia de médio escalão, o que dificultaria a construção de conceitos mais consistentes que norteariam o entendimento das generalidades e especificidades desses burocratas. No Brasil, no período de 1997 a 2012, houve uma expansão da burocracia intermediária no Governo Federal: 107% de aumento no número de cargos de direção e assessoramento superior (DAS) nível 4 e 91% para o nível 5:

A expansão destacada no segmento de gerência intermediária sugere que a burocracia de médio escalão tem sido alvo de transformações importantes e ganha relevância para a atividade governamental no período recente. (CAVALCANTE, LOTTA, 2015, p. 26)

Como já mencionado, verifica-se ambiguidades e dificuldades em definir com precisão um burocrata de nível médio. Uma definição mais simplista os caracteriza como os “funcionários situados no meio da estrutura hierárquica da organização.” Seriam os diretores, coordenadores, gerentes e supervisores. A definição de burocrata de médio escalão na burocracia pública tem se configurado nas categorias intermediárias das estruturas de cargos de gerência. No Brasil, essa parcela intermediária corresponderia aos cargos de DAS de nível 4 e 5:



<b>DAS - 101.5</b>	Chefe de gabinete de ministro de Estado Diretor de Departamento Consultor Jurídico Secretário de Controle Interno Subsecretário de planejamento, orçamento e administração
<b>DAS – 102.5</b>	Assessor especial de ministro de Estado
<b>DAS – 101.4</b>	Coordenador-geral
<b>DAS – 102.4</b>	Assessor

Fonte: Art. 4º do Decreto nº 4.567, de 1º de janeiro de 2003. (CAVALCANTE, LOTTA, 2015, p. 16)

Contudo, os paradigmas da nova gestão pública e as novas tecnologias teriam contribuído para a redução dos cargos intermediários e a possível extinção dos burocratas de médio escalão, segundo (Sofer, 1974, Vie, 2010 *apud* Cavalcante e Lotta 2015, p. 31). Para outros autores essas transformações teriam reposicionado os burocratas a partir do empreendedorismo, da liderança e do engajamento estratégico, no setor privado (Thomas, Linstead, 2002 *apud* Cavalcante e Lotta 2015, p. 31) ou da expectativa da emergência de new public managers, no setor público. (Thiel, Steijn, Ally, 2005 *apud* Cavalcante e Lotta 2015, p. 31.) Quanto a atuação no setor público não haveria reduções e sim transformações em que os burocratas executam funções técnico-gerenciais e técnico-políticas. As ações técnico-gerenciais seriam aquelas em que os burocratas implementadores transformariam as determinações estratégicas em ações. Em contra-partida, na esfera técnico-política, os burocratas conduzem as negociações em relação aos processos aos quais estão submetidos em suas relações com o alto escalão. Howlett (2011) afirma ser conveniente entender os gestores na produção de políticas públicas porque o processo de descentralização teria transferido demandas para esses gestores situados nos níveis baixos e médios do governo que passaram a responsabilizar-se por decisões fundamentais no tocante as políticas públicas. A emergência de redes de governo colaborativo também teria aumentado as influências dos gestores intermediários assim como a orientação voltada aos usuários dos serviços no qual os gestores exercem maior influência no processo político, organizacional e técnico:

O grau de influência desses atores intermediários pode depender do seu posicionamento na estrutura organizacional, do nível de conflito com os profissionais responsáveis pelas operações cotidianas e da sua sensibilidade para compreender o contexto estratégico no qual se insere a organização.(KURATKO, 2005, *apud* CAVALCANTE, LOTTA, 2015, p. 34)

Quanto ao comportamento dos burocratas na esfera pública, as pesquisas revelaram que os servidores apresentaram inclinações, motivações e valores distintos que poderiam vir a incidir resultados diversificados em relação a outras organizações. De acordo com esses servidores as habilidades não seriam aproveitadas convenientemente e o trabalho seria menos estimulante, fatores esses que influenciam diretamente a qualidade do serviço prestado. Para Currie, Procter, (2003) *apud* Cavalcante e Lotta (2015, p. 36): “a atuação da BME é influenciada tanto pelos objetivos estratégicos determinados para a sua organização, traduzindo-os em planos de ação, quanto pelos seus objetivos individuais.” Ou seja, o entendimento dos valores e das motivações que instigam os burocratas seria essencial para observar suas linhas de atuação e os resultados que obtêm na condução das políticas políticas. Acerca da atuação dos burocratas de médio escalão sobre os processos de produção de políticas públicas, a literatura ressalta três perspectivas para análise: a estrutural, ação individual e a relacional.

Na perspectiva estrutural os burocratas de médio escalão são considerados engrenagens e sua atuação é predefinida por uma estrutura organizacional e normativa extensa, decorrente do pensamento de Max Weber, na qual a burocracia se configuraria como um sistema de dominação impessoal. Nessa perspectiva, o comportamento dos burocratas “seria produto das normas e estruturas formais que definem as organizações nas quais atuam, derivando diretamente de uma lógica da adequação.” (March, Olsen, 1984 *apud* Cavalcante e Lotta 2015, p. 38.) Isso porque o burocrata desempenha um papel passivo, em que sua atuação seria definida pela posição ocupada na hierarquia organizacional.

Sob outra perspectiva, de ação individual, a atuação dos burocratas seria determinada por decisões e ações individuais baseadas em cálculos racionais, motivados sobretudo, pela maximização de seus próprios interesses. Niskanen (1971) *apud* Cavalcante e Lotta (2015), propôs observar os burocratas como: “agentes que buscam instrumentalmente a maximização dos orçamentos e recursos (financeiros e humanos) de suas organizações.” Para essa concepção, os burocratas operam em posições de assimetria de informação do Legislativo e do Executivo, já que dispõem

do conhecimento das demandas externas e detem o monopólio de informações sobre custos e serviços. Dessa forma, a tendência é que seu comportamento crescentemente se oriente para a ampliação do orçamento e recursos, uma vez que, por meio de ações racionais com potencial de iniciativa e empreendedorismo, intenta estabelecer seus interesses.

Em alternativa, na perspectiva relacional a atuação dos burocratas é observada a partir das relações que constroem com os demais atores nas organizações. Nessa visão, as políticas são determinadas por múltiplas redes de atores internos e externos ao Estado que alteram o desenho e, conseqüentemente, o resultado das políticas públicas. Isto é, busca-se compreender a organização do Estado a partir das atuações múltiplas com agentes estatais privados e sociais, posto que, os burocratas seriam o elo entre as regras e a prática, e, entre a política e o implementador que se relaciona tanto com o usuário das políticas quanto com as agências, e constrói consensos em prol da efetivação de políticas públicas:

Nessa perspectiva os BMEs foram interpretados como atores que interativamente sintetizam e disseminam informações para os níveis superiores e inferiores da organização. Assim, ganham relevância as responsabilidades cognitivas e comunicacionais desses atores, que dada sua posição estrutural, estão sempre em interação, agindo entre outros atores a seu redor, reconciliando as distintas perspectivas do topo e da base (além do entorno). (CAVALCANTE, LOTTA, 2015, p. 42)

Tais atrativos eleva os burocratas de médio escalão a conquistar posições influentes em grupos, coalizões e facções que compartilham das mesmas crenças e valores. Deste modo, suas decisões e comportamentos devem ser analisados quando inseridos em dinâmicas coletivas e interativas sempre que estabelecida relações típicas com demais atores políticos. Huising e Silbey (2011) *apud* Cavalcante e Lotta (2015) concebem os burocratas de médio escalão como atores responsáveis não só pela interação com os seus subordinados mas também pela plena consciência da implementação das regras desenhadas por níveis superiores. Ou seja, cabe aos Burocratas de Médio Escalão, regular e intermediar relações, além disso, realizar práticas que sejam adaptadas e traduzidas aos diversos contextos de interação. São, sobretudo, negociadores que viabilizam a política obter resultados mais satisfatórios.

#### 4. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Para desenvolver essa pesquisa, de abordagem quantitativa, adotou-se o método posicional de pesquisa em Ciência Política. De caráter prosopográfico, também conhecido como biografia coletiva, tal estratégia, buscou analisar o perfil de um grupo específico de atores: os Chefes de Núcleo de Educação da SEED - Secretária de Estado da Educação do Paraná no período de 2015 a 2017 a fim de investigar tendências e regularidades entre esses profissionais.

O primeiro passo foi levantar o referencial teórico do conceito de recrutamento político, e, posteriormente, embora que, concisamente, entender a lógica do funcionamento da Secretaria de Educação do Paraná<sup>5</sup>, que tem ao todo, trinta e duas chefias distribuídas nos núcleos regionais de educação do Paraná. Posteriormente, fez-se uma análise da bibliografia pertinente a burocracia de médio escalão.

Feito, o compêndio teórico, o segundo passo foi elaborar a base de dados (02/04/2018 a 05/04/2018), para detectar as regularidades existentes entre os profissionais da Secretaria de Educação que no período de 2015 a 2017 chefiaram os núcleos de educação. O banco de dados foi constituído por quatro blocos: o primeiro referiu-se ao nome completo e o núcleo regional de atuação, data de nascimento e cidade natal, ano de ingresso e de saída do núcleo de educação, nível de escolaridade e área de formação das trinta e duas chefias dos núcleos regionais de educação do Paraná. O segundo bloco tratou exclusivamente da espécie de vínculo dos profissionais com a SEED, isto é, o tipo de regime jurídico, as condições de ingresso e a primeira, segunda e terceira função dentro da secretaria. Já o terceiro bloco de variáveis, foi dedicado a averiguar a incidência ou não de atuação na estrutura formal de governo, ou seja, a natureza e o ano do cargo político. Por fim, no quarto bloco, foi analisado a existência ou não de filiação partidária dos chefes de núcleo de educação do Paraná.

O terceiro passo foi a coleta dos dados (07/05/2018) a (21/05/2018) e teve como fontes de pesquisa o Portal da Transparência, especificadamente os links, Remuneração de Servidores e Consulta á Profissionais da Educação e os sites da Secretaria da Educação – Núcleos Regionais de Educação, Eleições 2014, Jusbrasil, Plataforma Lattes *CNPq*, Secretaria do Esporte e Turismo, Eleições e Política,

---

<sup>5</sup> Verificar organograma simplificado da estrutura de organização da Secretaria de Educação do Paraná na página 6 desse trabalho.

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, G1 Paraná, Folha Extra, UOL Notícias Políticos do Brasil, o Blog do Praxedes e a rede social Facebook.

O quarto passo foi extrair e trabalhar com os dados da base, para desenvolver as tabelas de frequência e descrevê-las com o propósito de relacionar o compêndio teórico com o método quantitativo de pesquisa em Ciência Política. Com a sondagem desses dados, pretende-se traçar, de forma cautelosa e sensata, o perfil dos chefes de núcleo de educação do Paraná e tentar deduzir quais seriam os prováveis critérios de admissão ao cargo.

Ao considerar, a escassa literatura sobre a burocracia de médio escalão bem como do perfil do burocrata de médio escalão, destacado por Cavalcante e Lotta (2015), enseja-se que, esse pequeno trabalho de conclusão de curso, venha contribuir, ainda que, sucintamente, para uma maior compreensão da importância e complexidade do funcionamento e ordenamento do Estado, tal como da relevância e magnitude da burocracia pública.

## 5. NA PRÁTICA: QUEM SÃO OS BUROCRATAS DE MÉDIO ESCALÃO NA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ – SEED

**Tabela 1** - Formação no Ensino Superior dos Chefes de Núcleo da Secretaria da Educação do Paraná de 2015 a 2017:

Área de Formação no Ensino Superior	Contagem	Percentual
Pedagogia	9	28,1%
Matemática	8	25%
Educação Física e Ciências	5	15,6%
Geografia	5	15,6%
Letras, português e inglês	5	15,6%
Total:	32	100%

Fonte: elaboração própria, com base no site da Secretaria da Educação, no link Consulta à Profissionais da Educação.

Com relação a área de formação no ensino superior, os dados indicam que 28,1% dos chefes de núcleo são da área de humanas, em especial da Pedagogia. No Estado do Paraná, o profissional de pedagogia, orienta e coordena a organização do trabalho pedagógico no processo de ensino e aprendizagem entre estudantes e professores. Ademais, 25% são da área de exatas, sobretudo da Matemática, enquanto,

as licenciaturas específicas representam 15,6% da área de formação dos chefes de núcleo.

**Tabela 2** - Regime jurídico com a Secretaria da Educação dos Chefes de Núcleo do Paraná de 2015 a 2017:

<b>Regime Jurídico com a SEED</b>	<b>Contagem</b>	<b>Percentual</b>
Estatutário	25	78,1%
Comissionado	5	16%
Misto	1	3,1%
Temporário	1	3,1%
<b>Total:</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria, com base no site da Secretaria da Educação, no link Consulta à Profissionais da Educação.

Quanto ao Regime Jurídico com a Secretaria da Educação do Paraná, os números estipulam que 78,1% dos chefes de núcleo são estatutários, ou seja, são servidores que possuem vínculo legal, no qual são concedidas prerrogativas extraordinárias, mediante aprovação em concurso público, ao passo que, os cargos comissionados representam 16% desse percentual.

**Tabela 3** – Idade média de investidura ao cargo de Chefe de Núcleo da Secretaria da Educação do Paraná de 2015 a 2017 por área de atuação:

<b>Área de atuação na SEED</b>	<b>Idade média de investidura no cargo</b>
Pedagogia	39,7
Matemática	30,3
Educação Física e Ciências	30,8
Geografia	32
Letras, português e inglês	38,2

Fonte: elaboração própria, com base no site da Secretaria da Educação, no link, Consulta à Profissionais da Educação.

Na tabela 3, no que se refere a idade média de investidura ao cargo, os dados sugerem que há uma valorização da experiência profissional dos chefes de núcleo de educação. Verificou-se que, de modo geral, antes de ocupar um cargo de chefia, os servidores exerceram diversas funções no interior da Secretaria de Educação. De docentes, pedagogos e diretores nos espaços escolares a desenvolvimento de projetos na Secretaria do Esporte e do Turismo. Esses movimentos no interior das

secretarias demonstra que os cargos de chefia na Secretaria de Educação do Paraná, no período de 2015 a 2017 não foram, em sua maioria, ocupados por profissionais pouco experientes no serviço público. Ademais, os dados revelam ainda que os profissionais da área de pedagogia e letras assumiram os cargos na SEED por volta dos quarenta anos de idade, ligeiramente mais experientes que os profissionais do campo da matemática, educação física e ciências, que tomaram posse dos cargos por volta dos trinta anos de idade.

**Tabela 4** - Nível de escolaridade dos Chefes de Núcleo da Secretaria da Educação do Paraná de 2015 a 2017:

<b>Nível de Escolaridade</b>	<b>Contagem</b>	<b>Percentual</b>
Pós-Graduação <i>Latu Sensu</i>	19	59%
Ensino Superior	10	31,3%
Mestrado	3	9,4%
Doutorado	0	-
<b>Total:</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria, com base na Plataforma Lattes.

A tabela 4, verificou o nível de escolaridade e revela que não há incidência de servidores com doutorado entre os chefes de núcleo da Secretaria da Educação do Paraná. Em apenas três casos, o que corresponde a 9,4% há registros para a titulação em nível de mestrado. Em tese, 59% dos servidores são pós-graduados em uma ou demais áreas dentro do seu campo de atuação. Conjectura, divergente se comparada ao âmbito federal, especificadamente aos membros do governo que gerenciam os ministérios. Os Ministros Brasileiros da Nova República (1985 – 2014) representam o alto nível de escolaridade das elites políticas, visto que, 96 dos 406 ministros possuem doutorado em suas formações acadêmicas, conforme pesquisa recentemente divulgada por D'Araújo e Ribeiro (2018).

**Tabela 5** - Trajetória profissional dos Chefes de Núcleo na Secretaria da Educação do Paraná de 2015 a 2017:

<b>Tipologia da trajetória profissional na SEED</b>	<b>Contagem</b>	<b>Percentual</b>
Cargo comissionado	14	43,8%
Burocratas de carreira	13	41%
PSS	3	9,4%
Cargo designado	2	6,3%
<b>Total:</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria.<sup>6</sup>

A tabela 5 buscou destacar a trajetória profissional das chefias de núcleo na Secretaria da Educação. Como já mencionado na tabela 2, a maior parte<sup>7</sup> dos chefes de núcleo é estatutária, ou seja, são servidores que exerceram atividades respectivas a sua formação no início de carreira. De todas as chefias investigadas nessa pesquisa, 43,8% acumularam experiência em cargos em comissão, nos quais exerceram funções de chefia, direção ou assessoria, a partir de atribuições definidas em lei, pela autoridade com poder político. É importante especificar que, cargos em comissão não necessariamente precisam ter vínculo com a administração pública e a permanência no cargo depende da confiança estabelecida bem como pode ser revogada a qualquer momento.

Já os cargos de função de gestão pública, assim denominados pelo Estado do Paraná, e neste trabalho associados aos burocratas de médio escalão, representam 41% dos servidores. A categoria “burocrata de carreira” descreve uma trajetória distinta da categoria “cargo comissionado”, porque diferentemente do cargo em comissão, a ocupação para esse cargo de gestão pública, com os quais compôs-se o tipo “burocrata de carreira” só pode ser feita por servidores que já atuam no órgão público, apesar de, tanto um, quanto outro cargo, designarem as mesmas atribuições dentro do órgão público, isto é, encargos de chefia, direção e assessoramento.

A categoria PSS – processo seletivo simplificado representa 9,4% das trajetórias profissionais. São os indivíduos contratados temporariamente com normas estabelecidas em editais e análise de títulos. Isto é, o candidato deve possuir

<sup>6</sup> Para desenvolver essa tabela os dados foram extraídos em sua maioria do Portal da Transparência, no link Remuneração de Servidores, no Consulta à Profissionais da Educação, na Secretaria da Educação, no link Núcleos Regionais de Educação, no Blog do Praxedes e na Folha Extra.

<sup>7</sup> Os estatutários são exatamente 78,1%. Para maiores detalhes consultar tabela 2 página 14 desse trabalho.



escolaridade compatível com o cargo. Nos casos de investidura ao cargo de chefia de núcleo, comumente, o servidor já possui um padrão com a Secretaria da Educação, e participa do processo seletivo simplificado para tomar posse do segundo padrão, visto que, para chefiar um núcleo regional de educação, este profissional precisa dedicar-se em tempo integral a função.

Relevante para esse trabalho mencionar que, apenas 6,3% dos chefes de núcleo são cargos designados, quer dizer, não possuem nenhum tipo de vínculo com a Secretaria da Educação que possa vir a justificar a investidura ao cargo. Tal constatação denota que o recrutamento para os cargos de Chefia dos Núcleos Regionais da Educação no Estado do Paraná no período de 2015 a 2017 administrado pelo ex-Governador e atual candidato ao senado Beto Richa do PSDB – PR, foi técnico, ao considerar que, grande parte das chefias são servidores públicos de carreira, com formação específica para exercer o cargo uma vez que, possuem considerável experiência profissional no interior da Secretaria da Educação tendo desempenhado diferentes funções dentro órgão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho de conclusão de curso teve o objetivo principal de entender a lógica do recrutamento político, a qual desencadeou na análise de um termo até então desconhecido: Burocratas de Médio Escalão. A intenção foi traçar um perfil dos profissionais da SEED - Secretaria de Estado da Educação do Paraná que no período de 2015 a 2017 encarregaram-se da função de Chefia do Núcleo Regional de Educação. De acordo com a literatura examinada, esses profissionais poderiam ser comparados aos Burocratas de Médio Escalão, visto que, embora não sejam eleitos, são indicados a ocupar cargos de supervisão na burocracia pública, e, desempenhariam funções essenciais para o gerenciamento de assuntos públicos, especialmente na implementação e efetivação de políticas públicas. A literatura, entende que esses Burocratas de Médio Escalão, tal qual servidores públicos, atuariam em determinadas posições estratégicas, de forma intermediária, ou seja, entre o alto escalão da burocracia pública e os executores das políticas públicas. Nesse sentido, a principal atribuição do Burocrata de Médio Escalão seria traduzir as decisões políticas em ações eficazes, especificadamente na consumação de políticas públicas.

Logo, o trabalho foi dividido em cinco tópicos: o primeiro referiu-se ao conceito de recrutamento político desenvolvido por Pippa Norris (2013). No segundo, fez-se uma investigação sobre a definição e o perfil dos Burocratas de Médio Escalão de acordo com a extensa revisão literária nacional e internacional realizada por Pedro Cavalcante e Gabriela Lotta (2015). Já o terceiro tópico, descreve a estratégia metodológica definida para traçar o perfil e detectar as regularidades dos Chefes dos Núcleos Regionais de Educação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED no período de 2015 a 2017.

Com base no referencial teórico específico da Ciência Política, foi possível compreender melhor o funcionamento do Estado (ainda que bastante complexo), a partir do entendimento da burocracia pública e da função dos servidores públicos, que são o corpo permanente do Estado, posto que, coordenam o gerenciamento dos assuntos públicos, e, suas ações afetam diretamente na qualidade e no desempenho dos bens e serviços prestados pelo governo.

A partir do levantamento dos dados foi possível detectar que no geral, as Chefias dos Núcleos Regionais da Secretaria da Educação do Estado do Paraná, são servidores públicos de carreira. Grande parte, profissionais de pedagogia que coordenaram os núcleos por volta dos quarenta anos, assim como por docentes da área da matemática que incumbiram-se dos cargos aproximadamente aos trinta anos de idade. São, em sua maioria, especialistas em uma ou mais áreas dentro do seu campo de atuação, não tendo incidência de doutorado entre esse grupo de servidores. Quanto a trajetória profissional, foi detectado que muitas dessas chefias acumularam experiências anteriores de cargos em comissão. Preponderante destacar que, as funções de gestão pública - nesse trabalho identificadas como “burocratas de carreira”, descreve uma trajetória distinta da categoria “cargo comissionado”, porque diferentemente do cargo em comissão, a posse para esse cargo de gestão pública, com os quais compõem-se o tipo “burocrata de carreira” só pode ser preenchida por servidores com vínculo ao órgão público, apesar de tanto um, quanto o outro cargo, designarem as mesmas atribuições dentro do órgão público, isto é, chefia, direção e assessoramento. Outra categoria surgida na pesquisa, o PSS – processo seletivo simplificado, seriam os servidores contratados temporariamente com normas estabelecidas em editais e análise de títulos. Nesses casos de investidura ao cargo de chefe de núcleo, geralmente, o servidor já possui um padrão com a Secretaria da Educação, e participa do processo seletivo simplificado para tomar posse do segundo

padrão, dado que, para chefiar um núcleo regional de educação, este profissional precisa dedicar-se em tempo integral a função.

Possivelmente, o dado mais significativo para esse trabalho tenha sido a constatação de que apenas 6,3% dos chefes de núcleo foram cargos designados, quer dizer, não possuíam nenhum tipo de vínculo com a Secretaria da Educação que justificasse a investidura ao cargo. Tal constatação denota que o recrutamento para a Chefia dos Núcleos Regionais da Educação no Estado do Paraná no período de 2015 a 2017 administrado pelo ex-Governador e atual candidato ao Senado Beto Richa do PSDB – PR, foi técnico, ao considerar o número expressivo de núcleos coordenados por servidores de carreira da Secretaria de Educação com formação específica e experiência profissional considerável para desempenhar a função designada.

No entanto, compete mencionar que a literatura sobre o perfil e a atuação do Burocrata de Médio Escalão ainda é insuficiente para definir com precisão esse profissional, que situa-se posicionado estrategicamente entre o poder executivo e os executores das políticas públicas. Enseja-se que, esse pequeno trabalho de conclusão de curso, possa vir a contribuir, ainda que, sucintamente, para uma maior compreensão da importância e complexidade do funcionamento e ordenamento do Estado tal como da relevância e magnitude da burocracia pública.

## 8 REFERÊNCIAS:

CAVALCANTE, Pedro. LOTTA, Gabriela. **Burocracia de Médio Escalão: perfil, trajetória e atuação.** Enap, 2015.

CODATO, Adriano. PERISSINOTTO Renato. **Como estudar elites.** Curitiba, UFPR Editora, 2015.

D'ARAÚJO. Maria Celina Soares. RIBEIRO. Guilherme Leite. **Trajétoria socioeducacional dos ministros brasileiros na Nova República (1985-2014).** Revista Sociologia Política. vol. 26 n° 65, Curitiba mar. 2018 [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782018000100039&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782018000100039&lng=pt&tlng=pt) Acesso em: 11 jun. 2018.

DIAP. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Os “cabeças” do Congresso Nacional - Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes 2017.** Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/13-os-cabeças-do-congresso-nacional/3710-os-cabeças-do-congresso-nacional-ano-2017> Acesso em: 19 nov. 2017.

NORRIS, Pippa. **Recrutamento Político.** Revista de Sociologia e Política, 21 (46), 11-32. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782013000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000200002) Acesso em: 09 out. 2017.

PARANÁ. Governo do. **Secretaria da Educação.** Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/> Acesso em: 19 nov. 2017.

PSDB. **PSDB Social Democracia.** Disponível em: <http://www.psdb.org.br/> Acesso em 18 nov. 2017.

ROMA, Celso. **A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.17, n° 49. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a06v1749.pdf> Acesso em 13 nov. 2017.